

## Brasil



**OPERAÇÃO VERÃO**  
1,2 tonelada de cocaína apreendida  
Dona da casa no Guarujá onde estava a droga foi autuada por tráfico



## REFORMA DO NOVO ENSINO MÉDIO

# NOVAS CONVERSAS

## MEC vai tentar aprovar no Senado mudanças rejeitadas na Câmara

BRUNO ALFANO

bruno.alfano@oglobo.com.br

A tramitação da reforma do Novo Ensino Médio no Senado, onde o projeto chegou na quarta-feira, é vista pelo Ministério da Educação como uma oportunidade de incluir mudanças rejeitadas durante uma desgastante e demorada disputa na Câmara. Entre elas, estão as restrições ao ensino à distância e a contratação de professores de notório saber que não tenham formação para dar aulas e o retorno do Espanhol ao currículo. O aumento da carga horária na formação geral básica para os estudantes de cursos técnicos é outra alteração possível, defendida pela senadora Professora Dorinha Seabra (União-TO), que deve ser a relatora do projeto na Casa.

O relatório vai ficar pronto entre o fim de abril e o começo de maio, segundo Dorinha. A senadora também acredita em ajustes nas contratações de professores por notório saber, como defende o MEC.

— Vou procurar manter diálogo com o Ministério da Educação e com o deputado Mendonça Filho (União-PE), que foi o relator na Câmara, para que o projeto não fique indo e vindo. Se precisar retornar para nova votação entre deputados, que seja combinado — ressalta Dorinha, que ainda não foi oficializada como relatora, embora já haja um acordo para que assuma o texto.

Na transição na Câmara, em troca da formação geral básica de 2,4 mil horas no currículo regular, o ministro da Educação, Camilo Santana, abriu mão de aspectos que julgava fundamentais, como a obrigatoriedade do Espanhol no currículo e os vetos ao ensino à distância e à contratação por notório saber.

— O texto da Câmara teve avanços importantes, com as 2,4 mil horas para o ensino regular, mas algumas distorções em relação ao texto original. Vamos dialogar no Senado para, em comum acordo com a Câmara, versar eventuais alterações, resgatando o texto original que veio do Executivo, podem vir a ser aprovadas. Não sendo possível o formato original do governo, o texto que já existe é um significativo avanço — avalia o líder do governo no Congresso, senador Randolfe Rodrigues.

Negociou na Câmara, Camilo abriu mão de propostas



Segunda etapa. Projeto enviado pelos deputados ao Senado chegou na quarta-feira e Dorinha Seabra (União-TO), que deve ser a relatora, pretende entregar o texto para a votação na Casa até maio

(sem partido-AP).

Para Dorinha, o texto aprovado pelos deputados acertou em aumentar a carga horária da formação geral básica para os estudantes do currículo regular.

— O maior desafio é em relação à formação técnica. A formação geral básica é a parte do currículo com apenas disciplinas clássicas (Português, Matemática, Química, Física, Biologia) e que será igual para todos os estudantes. Os itinerários formativos são a parte flexível. Em tese, o estudante pode escolher em qual das quatro áreas do conhecimento (Linguagens, Matemática, Ciências da Natureza e Ciências Sociais) ele deseja se aprofundar ou se deseja fazer um curso técnico.

Na transição na Câmara, em troca da formação geral básica de 2,4 mil horas no currículo regular, o ministro da Educação, Camilo Santana, abriu mão de aspectos que julgava fundamentais, como a obrigatoriedade do Espanhol no currículo e os vetos ao ensino à distância e à contratação por notório saber.

— O texto da Câmara teve avanços importantes, com as 2,4 mil horas para o ensino regular, mas algumas distorções em relação ao texto original. Vamos dialogar no Senado para, em comum acordo com a Câmara, versar eventuais alterações, resgatando o texto original que veio do Executivo, podem vir a ser aprovadas. Não sendo possível o formato original do governo, o texto que já existe é um significativo avanço — avalia o líder do governo no Congresso, senador Randolfe Rodrigues.

Negociou na Câmara, Camilo abriu mão de propostas



## AS METAMORFOSES DO NOVO ENSINO MÉDIO

## O que está em vigor



**Carga horária**  
Mínimo de 3 mil horas anuais divididas em até 8 mil para a formação geral básica e no mínimo 1,2 mil para itinerários formativos.



**Currículo**  
Cada estado decide as horas de cada disciplina. Forças de e Matemática presentes em todos os anos. Os itinerários formativos não têm uma base de referência, cada estado decide como oferecer, em cinco áreas: Linguagens, Matemática, Ciências da Natureza e Ciências Sociais) ele deseja se aprofundar ou se deseja fazer um curso técnico.



**O que a câmara aprovou**



**Carga horária**  
Mínimo de 3 mil horas anuais dividido, com até 2,4 mil para a formação geral básica e 600 para itinerários formativos.



**Itinerários formativos**  
Escolas devem oferecer todos as áreas de conhecimento (Linguagens, Matemática, Ciências Sociais e Ciências da Natureza) em no mínimo dos itinerários com ênfases distintas.



**Educação técnica**  
Formação geral básica terá 2,1 mil horas, com até 300 horas podendo ser relacionadas ao curso profissionalizante que precise de no máximo 1,2 mil horas.

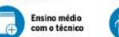


**O que é a formação geral básica**  
Parte do currículo com Português, Matemática, Química, Física e Biologia

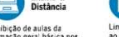
## Proposta de mudança do MEC



**Carga horária**  
Aumento de 2,4 mil horas para disciplinas obrigatórias, com 600 horas para os itinerários formativos.



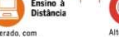
**Ensino médio com o técnico**  
Carga horária para as disciplinas obrigatórias de no mínimo 2,1 mil horas.



**Ensino à distância**  
Proibição de aulas de formação geral básica por essa modalidade.



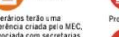
**O que pode mudar no Senado**



**Carga horária**  
Alterar a formação geral básica dos cursos técnicos.



**Contratação de professores por notório saber**  
Liberação, com regulamentação a ser feita pelo MEC.



**Espanhol**  
Deixa de ser obrigatório.



**Currículo**  
Itinerários terão uma referência criada pelo MEC, negociada com secretarias de Educação.



**O que são itinerários formativos**  
Parte flexível em que o estudante escolhe se vai se aprofundar em uma das quatro áreas do conhecimento (Linguagens, Matemática, Ciências da Natureza e Ciências Sociais) ou fazer um curso técnico.



**Parte flexível em que o estudante escolhe se vai se aprofundar em uma das quatro áreas do conhecimento (Linguagens, Matemática, Ciências da Natureza e Ciências Sociais) ou fazer um curso técnico.**

um acordo parece ser mais próximo dentro do Congresso. O grupo do Senado recomendou que o Conselho Nacional de Educação regulasse o procedimento e permitisse que ele fosse usado apenas na formação técnica e profissional. Mendonça Filho também defende a modalidade para viabilizar professores de disciplinas de cursos técnicos, como eletrônica ou enfermagem.

**AGILIDADE**  
Dorinha afirma que o texto tem que ser discutido em pelo menos uma audiência pública e numa reunião de trabalho com os diferentes atores interessados (secretários de educação, governo, professores e estudantes), mas reconhece que é preciso agilidade. O ritmo acelerado seria necessário para que a votação aconteça a tempo das redes de ensino conseguirem se organizar para o próximo ano letivo.

— Meu objetivo é ter o texto o mais rápido possível. Essa indefinição é prejudicial para os alunos e para os sistemas, que precisam organizar o ano letivo, o material didático, a alocação de professores — enumera a senadora. A futura relatora ressalta que o ensino médio é a etapa que reúne mais dificuldades do sistema educacional. E lembra que, quando a primeira reforma foi proposta em 2016, durante o governo Michel Temer, já foi uma primeira tentativa de reagir ao descrédito dos jovens em relação a um ensino caracterizado, segundo ela, por “disciplinas recortadas”.

— É preciso entender que não é uma disputa que vence quem acredita na antiga reforma ou vence quem quer salvá-la. Temos um desafio maior — afirma.